

# A EDUCAÇÃO FISCAL NO ENSINO

**Professor: Waldir Aparecido Martins**

**Orientadora: Angela Maria Marccone de Araújo**

## RESUMO

Esta intervenção pedagógica tem como objetivo apresentar um estudo sobre Educação Fiscal, voltada para as esferas em que ela estiver organizada. A metodologia aplicada para alcançar este objetivo foi a de uma pesquisa bibliográfica, portanto qualitativa, somada à experiência aplicada no Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE, realizada em uma Escola Pública do Município de Diamante do Norte, por ocasião da apresentação da Proposta de Implementação. Justifica-se a escolha deste tema para a elaboração de um artigo, pela importância que tem no contexto da Educação Social e o desenvolvimento da cidadania. Sabe-se que existe no Brasil, uma demanda cada vez maior de obras e serviços prestados pela administração pública, o que exige recursos financeiros como despesas e investimentos. Por outro lado, existe a cultura da sonegação, até mesmo sem má fé, pela simples falta de informação. Logo, a educação fiscal deve assumir a posição para mudar esta realidade contraditória e alto custo social para todas as esferas da administração.

**Palavras-Chave:** Educação, fiscal, cidadania, administração, formação.

## ABSTRACT

This article aims to present a study on fiscal education, training of citizens who have ethical principles and Government responsibility in spheres in which it is organised. The methodology applied to achieve this goal was a bibliographic search, therefore, qualitative homemain with experience in applied EDP – development programme of education, held in a public school of the municipality of Diamante North, Rechazo of the proposal for implementation. It is the choice of this theme for the preparation of an article, for in the context of social education and acquisition of citizenship. You know that there is, in Brazil, a demand of works and services provided by public administration, which requires financial resources as expenditure and investment. On the other hand, there is also the culture of concealment, even without bad faith, for the simple lack of information. As soon as the education should take the position to change this reality contradictory and high social cost for all areas of administration.

**Keywords:** Education, fiscal, citizenship, administration, training.

## INTRODUÇÃO

Na pré-história, quando o homem sentiu a necessidade de aproximar-se de outros indivíduos, que não somente de sua prole, com o intuito de fortalecer-se contra os inimigos da mesma espécie, dos animais ferozes ou mesmo das manifestações da Natureza, sentiu também a necessidade de constituir uma liderança que organizasse e administrasse este novo modelo social. A partir desta nova visão do mundo, nasciam as tribos e as primeiras normas para a vida em grupo, tendo esta liderança como alguém responsável pelo delineamento de idéias e a tomada de iniciativas para ação, quando fosse o caso.

Nascia de forma primitiva a política e a administração pública. O raciocínio ainda limitado, a criatividade sem maiores expressões era o que se tinha diante da realidade limitada que cercava as tribos que, como fonte de alimento, contavam com a caça, a pesca, frutos e raízes dos campos e florestas.

Houve um momento em que esse líder, responsável pela tomada de decisões, já não dispunha de tempo para as tarefas cotidianas. Necessitava de tempo para recrutar guerreiros para defender a tribo guerreiros estes, que também não podiam atuar na busca de alimentos para si e para a sua prole.

Foi preciso então, tomar uma decisão conjunta, para chegar-se à conclusão de que aqueles que mantinham os serviços tradicionais, trabalhando na busca de alimentos, deveriam dar algo do resultado de suas atividades para os que estavam cuidando dos interesses e segurança de todos.

Há países no mundo, como é o caso da Suécia, que os tributos referentes à renda chegam a levar dois terços do que as pessoas ou empresas produzem.

No Brasil não chega a tanto, porém, comparando a aplicação se arrecada e o que a sociedade tem de contra-partida com obras e serviços, com o país acima citado, os impostos que os brasileiros recolhem, são superiores.

Diante da carga tributária, a sonegação é grande. Com isso os governos das três esferas, acabam por majorar alíquotas ou criar novos impostos, para garantir a diferença dos que sonegam.

Trata-se de um sistema injusto, pois muitos daqueles que são tributados para cobrir as diferenças dos que sonegam, são os de menor poder aquisitivo. Enquanto aqueles são os mais abastados.

Há urgência de se aplicar uma educação fiscal na sociedade inteira, mas em especial nas novas gerações, para que assumam posições diferentes das que estão aí ao longo da história., para tanto, a educação fiscal torna-se fundamental, razão pela qual, tornou-se objeto de estudo nesta intervenção pedagógica que hora desenvolvemos.

Percebemos através desta intervenção, a presença de diversas situações que envolvem

conflitos de interesses e necessidades, para os quais existem também diferentes formas de interpretação, que envolvem caráter político e exigem ações rotineiras. Para que estas ações possam refletir-se em atitudes maduras e transformadoras, torna-se essencial a qualificação de professores que acompanhem tal processo.

O objetivo consiste em fornecer aos professores e alunos da rede pública, subsídios teóricos e práticos, evidenciando-se a importância de se exigir nota fiscal, bem com a leitura e interpretação gráfica como fatores primordiais no mundo contemporâneo. Propor à comunidade escolar o uso do laboratório de informática e as novas tecnologias disponíveis para a construção de tabelas e gráficos, incentivando assim o uso de laboratório de informática na escola, para a construção de gráficos e tabelas, a fim de proporcionar um ensino mais atraente e prazeroso.

Para desenvolver esse trabalho, foram utilizados os seguintes recursos: Laboratório de informática, televisão, vídeo, data show, painel de projeção, internet, CD, DVD, máquina fotográfica e calculadora.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Fundamentação teórica – parte I**

#### **Educação Fiscal**

A preocupação com o custo de obras e serviços públicos, muitas vezes, tem feito com que os governantes tomem medidas inconseqüentes, como o caso da bi-tributação, de criação de novos impostos para cobrir determinados rombos e vai por aí.

Na verdade, se houvesse uma consciência cidadã, capaz de despertar uma condição de cidadania a todos aqueles que devem pagar pelo que recebem do setor público, nada disso precisaria acontecer.

Foi neste contexto que surgiu a idéia de Educação Fiscal, tendo como referência a formação das novas gerações para o exercício da cidadania com princípios de justiça e ética, pois se todos pagarem, certamente não haverá necessidade de majorar alíquotas, criar novas taxas ou impostos.

#### **Breve Histórico da Educação Fiscal**

Desde a década de 1970, já se falava em Educação Fiscal no Brasil. Mas apenas alguns livros didáticos tocaram no assunto, levantando uma bandeira, prevendo dificuldades financeiras no

futuro, já que neste tempo, pelo menos de forma teórica, no marketing do regime militar ia tudo muito bem.

De acordo com informações da Receita Federal do Brasil, em 1970 surge a Operação Brasil do Futuro, onde foram publicados vários livros didáticos, direcionados para Educação Fiscal. O objetivo era levar às crianças informações fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, que iria substituir o conflito vivido entre o fisco e a sociedade. Porém, mesmo com todos os seus méritos, este trabalho apresentou muitas resistências da área da educação, pois se dizia que esta atividade só surtiria efeitos a um longo prazo, e que somente poderia ser feita por educadores, assim sendo, suspendeu-se este trabalho em 1972.

A década de 1990 foi fértil no sentido de buscar novos caminhos para o Brasil. Foi quando os primeiros movimentos para reformas na Educação tiveram início.

Já na década de 90, de acordo com a Escola de Administração Tributária, alguns estados brasileiros, por iniciativa própria, passaram a programar junto às escolas trabalhos no campo de Educação Tributária, dando início a uma fase mais efetiva neste campo. Um marco na criação do programa, foi o seminário do “CONFAZ (Conselho Nacional de Políticas Fazendárias)” sobre Administração Tributária, realizado na cidade de Fortaleza - CEARÁ, no período de 27 a 30 de maio de 1996. Os então membros do CONFAZ decidiram inserir o tema Educação Tributária como parte integrante dos trabalhos do seminário. (JOCHAML e MULLER, 2006, [www](#)).

Segundo Jochaml (2006), em reunião de julho de 1997, o Confaz aprovou a criação do Grupo de Trabalho Educação Tributária - GET, constituído por representantes: do Ministério da Fazenda (Gabinete do Ministro, Secretaria da Receita Federal, Escola de Administração Fazendária); das Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal.

Assim, o Programa Nacional de Educação Fiscal surgiu dessa relação histórica, buscando a harmonia entre Estado e sociedade, a partir do entendimento da necessidade do financiamento da coisa pública, pois sem dinheiro não há como prestar serviços públicos. Por outro lado, o Programa conscientiza a sociedade para acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados, favorecendo o exercício pleno da cidadania (Ministérios da Fazenda da Educação, 2004, [www](#)).

Fisco: administração encarregada de calcular e arrecadar os impostos; Erário ou tesouro público; Atividades estatais: atividades relativas ao Estado (país); Sonegação fiscal: ato de deixar de pagar ao Fisco. Historicamente, a relação fisco e sociedade pautou-se pelo conflito entre a necessidade de financiamento das atividades estatais e o retorno qualitativo do pagamento dos

tributos.

Por um lado, a sonegação fiscal, por outro, exemplos de mau uso do dinheiro público. Para atenuar essa situação, encontramos na história do Fisco, iniciativas no sentido de esclarecer essa relação, objetivando aumento de arrecadação e diminuição do conflito entre Estado e sociedade. Tais iniciativas não solucionaram essa desarmonia, porém abriram precedentes para um diálogo mais transparente. (Ministérios da Fazenda e da Educação, 2004, [www](#)).

De acordo com os Ministérios da Fazenda e da Educação (2004) no seminário do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias - Confaz sobre "Administração Tributária", realizado na cidade de Fortaleza - CE, em maio de 1996, inseriu-se o tema Educação Tributária.

Com a iniciativa de alguns dos Estados, a União e depois os Municípios passaram a instituir a Educação Fiscal.

Nas conclusões constou, como item de destaque, a introdução do ensino do programa de consciência tributária nas escolas. Em setembro de 1996, celebrou-se o Convênio de Cooperação Técnica entre a União, os Estados e o Distrito Federal. No anexo ao texto do acordo, entre as inúmeras atividades de cooperação, constou a elaboração e a implementação de um programa nacional permanente de conscientização tributária, para ser desenvolvido nas unidades da Federação (Ministérios da Fazenda e da Educação, 2004, [www](#)).

A história da Educação Fiscal no Brasil teve origem através da necessidade de abrandar os conflitos existentes entre fisco e sociedade nas questões referentes à falta de conhecimento da população na área tributária e a distribuição desigual da riqueza. Para suavizar essa situação, foram propostas algumas iniciativas no sentido de elucidar essa questão, objetivando aumentar a receita tributária, gerada através da arrecadação de impostos com a conseqüente redução do conflito entre Estado e Sociedade. Estas iniciativas não foram à solução dessas discordâncias, porém, abriram espaço para um diálogo mais transparente (FURTADO, 2002, p. 34).

A Educação Fiscal chega às escolas, e com ela novos olhares sobre a educação. Quem é que precisa educar-se nessa modalidade? São os alunos de primeira infância, das séries iniciais do ensino fundamental? Das séries finais do ensino fundamental, ou são os alunos do ensino médio? Ou isso é assunto para o ensino superior? Será que os professores já compreendem a educação fiscal? Será que os pais de alunos conhecem educação fiscal? Ou será que todos precisam educar-se nessa modalidade? (DO CARMO, 2008, [www](#)).

Mas o que o fiscal tem a ver com isso? A educação fiscal é para fiscalizar quem? Primeiramente é cada um fiscalizar a si mesmo, cumprindo a sua parte e exigindo que as instituições cumpram com a parte delas. Vai desde o doméstico, até os poderes executivo, legislativo e judiciário. Tudo por uma melhor qualidade de vida. Viver com conforto, com uma boa saúde, uma boa alimentação, uma boa água, um ar limpo para respirar. E de quem depende tudo isso? Depende de cada um de nós, fazendo a nossa parte e exigindo que os outros também o façam (DO CARMO, 2008, www).

Segundo Furtado (2002), a desigualdade social entre pobres e ricos é um dos problemas mais preocupantes na sociedade atual contemporânea, principalmente em um país como o Brasil, onde a desigualdade social é gritante ,e isso gera como consequência inúmeros conflitos entre Estado e Sociedade.

É necessário que haja compreensão de ambas as partes; Instituições públicas e cidadãos, necessariamente têm que estar juntos para a construção de uma sociedade mais justa, tão desejada por tantos que têm estabilidade emocional e equilíbrio para construir a sua parte no meio em que vive.

### **Conceituando Educação Fiscal**

A Educação Fiscal é apenas uma modalidade da Educação Social, dentro da educação em seu contexto geral. A formação do cidadão responsável (pois sem responsabilidade não existe cidadania) é o caminho para se construir uma sociedade mais justa e humana.

Educação é um processo de formação do ser humano que objetiva prepará-lo para a vida, dotando-o de conhecimento e habilidades que o tornem capaz de compreender o mundo e intervir conscientemente para modificar a realidade em que vivemos, de para edificar uma sociedade livre, justa, solidária e democrática (EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL).

A educação que prepara o homem para assumir seu papel de construtor de sua parte no mundo, com disposição e sem a exigência de retorno (este vem naturalmente quando se é útil à

sociedade), não deve ser responsabilidade apenas de governantes. Todos devem fazer sua parte. A educação deveria cuidar desta parte, com projetos de alcance pedagógico, de alcance da formação não apenas de profissionais habilitados a produzir, mas também, de seres humanos capazes de desenvolverem suas funções, de fazer com que seu meio social se torne melhor para todos. Esta é função tão importante da educação, quanto a que se preocupa com a formação de bons profissionais.

Educação Fiscal, em stricto-sensu, deve ser compreendida como a abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos de modo a estimular o contribuinte a garantir a arrecadação e o acompanhamento de aplicação dos recursos arrecadados em benefício da sociedade, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte.(EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL)

Como pode-se observar, a Educação Fiscal é um instrumento que, além de procurar melhorar a arrecadação de tributos nas diferentes esferas do poder, também, prepara as novas gerações para a importante missão de administrar ou entender como é ou deve ser a administração pública.

No lato sensu, a Educação Fiscal deve tratar da compreensão do que é o Estado, suas origens, seus propósitos com o controle da sociedade sobre o gasto público, uma vez que a participação social só ocorre no ambiente democrático (EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL)

## **Fundamentação teórica – parte II**

A Estatística inclui-se no rol das ciências cujos primeiros passos remontam aos primórdios da história da humanidade e cujo desenvolvimento formal tende a estar em sintonia com a evolução do conhecimento humano. É também uma ciência que não deixa dúvidas quanto a sua predisposição em incorporar técnicas, descobertas e teorias novas, próprias ou vinda de outras especialidades. Isso sem falar em seu pendor em fundamentar novas descobertas em múltiplas áreas do saber.

Considerando nossa milenar civilização, a evolução da Estatística pode ser didaticamente fracionada em três períodos: o primeiro engloba a Antiguidade, passa pela Idade Média e termina no século XVI; o segundo vai do principio do século XVII até

meados do século XIX; o terceiro compreende o período de 1850 até nossos dias.

Os primeiros relatos estatísticos são fornecidos pelos povos da antiguidade. Os egípcios e os persas coletam informações relativas a grupos sociais que remontam a cerca de 3000 a.C. e as anotam, para utilização (coleta de impostos e práticas militares e governamentais) e transmissão à posteridade, em diferentes locais (pirâmides, pedras etc.) e múltiplas formas (desenhos, hieróglifos, tábuas, etc.). Nesse sentido, são dignos de nota o amplo rol de informações estatísticas e dados sócio econômicos gravados nas pirâmides e nos monumentos egípcios, assim como os encontrados nas bibliotecas do imperador assírio Assurbanipal (669-627 a.C.). Da China, cuja legendária tradição remonta a cerca de 30 séculos antes de Cristo (segundo a lenda, o reinado dos reis sábios, tido como a idade de ouro da China, inicia-se em 2850 a.C.), tem-se o livro sagrado de Confúcio (551-479 a.C.), denominado Chouking, que nos fala dos censos realizados em 2275 a.C. e em 2238 a.C. (este último feito pelo Rei Yao), os quais buscam levantar tanto o número de súditos quanto o potencial militar e econômico de Celeste Império Chinês. E livros posteriores da dinastia chinesa registram dados relativos a 1100 a.C.

É notória a marca que os censos deixam em tudo. A história do cristianismo lembra dois fatos relevantes: um, a ordem que Moises recebe do Senhor: recensear toda a congregação dos filhos de Israel, pelas suas famílias e casas, e nome de cada um dos varões dos vinte anos para cima, e de todos os homens fortes de Israel, e cantá-los-ei pelas suas turmas, tu e Aarão; outro, o fato de Jesus Cristo ter nascido quando José e Maria se dirigiam a sua cidade natal para serem recenseados. Por sinal, o recenseamento populacional da Roma Antiga tem seu apogeu durante a era dos grandes imperadores, e sua prática infelizmente, desaparece com a queda do Império Romano.

Os censos da Antiguidade e da Idade Média objetivam primordialmente inventariar as atividades econômicas. As condições demográficas e movimentos populacionais, os presos e mortos nas guerras. As condições políticas e sociais dos impérios, estados e respectivas províncias, a hierarquia dos funcionários públicos etc. É que os chefes de estado logo se dão conta da importância de saber quantas pessoas vivem sob seus domínios, assim como o total de nascimento e de óbitos a cada época.

A incorporação do instrumental estatístico e sua aplicação a ramos específicos do saber têm criado novas áreas de estudo e de conhecimento humano. A análise de eventos biológicos com base em métodos estatísticos gera Demografia, a Bioestatística, a Biometria e a Atuaria. Seu emprego na resolução de problemas econômicos leva à Econometria (termo criado em 1926 por Frisch, inspirado exatamente em biometria). Sua

utilização na física produz a Mecânica Estatística. Sua aplicação na Geologia leva à geoestatística. Seu aproveitamento no campo das comunicações gera teoria da Informação. Por fim, na indústria, suas técnicas servem para avaliar estatisticamente a qualidade dos produtos - gerando os controles estatísticos dos processos.

Os resultados da pesquisa devem ser dados a público, apresentados a terceiros. Para tanto, constroem-se relatórios ilustrados com figuras e gráficos, que nada mais são que tentativas mais ou menos bem sucedidas de materializar as informações obtidas. De Descartes recebemos o sistema de eixos ortogonais, utilíssimo na representação de pontos, curvas e funções. Os princípios cartesianos, fundamentalmente filosóficos e matemáticos, sugerem que grandes problemas são sempre mais bem compreendidos e mais facilmente analisados se fracionados em outros menores.

Ao longo do processo de desenvolvimento, o indivíduo deixa de necessitar de marcas externas e passa a utilizar signos internos, isto é, representações mentais que substituem os objetos do mundo real. Os signos internalizados são, como marcas exteriores, elementos que representam objetos, eventos e situações. Assim como um nó num lenço pode representar um compromisso que não quero esquecer, minha idéia de "mãe" representa a pessoa real de minha mãe e me permite lidar mentalmente com ela, mesmo na sua ausência. (OLIVEIRA, 1993, p.35)

Hoje em dia a estatística não é de uso exclusivo dos governantes, embora eles ainda sejam seus maiores usuários. Em geral, os estatísticos trabalham com especialistas de outras áreas nos campos social: econômico, matemático, biológico, agrícola, médico-sanitário, demográfico, industrial ou educacional.

Na teoria de Vygotsky, fica clara sua preocupação em entender o homem como um sujeito histórico que, através do trabalho, intervém no meio ambiente, cria cultura e desenvolve-se. É pelo trabalho coletivo que o homem estabelece relações sociais com os outros e cria instrumentos que facilitam a transformação do meio em benefício de sua sobrevivência.

Nesse sentido, instrumento é todo objeto externo criado pelo homem com a clara intenção de facilitar o trabalho e, conseqüentemente, a sobrevivência humana. Pode-se dizer, portanto, que os instrumentos são mediadores da relação homem-homem e homem-mundo.

A comunicação tem grande importância e deve ser estimulada, levando-se o aluno a "falar" e a "escrever" sobre matemática, a trabalhar com representações gráficas desenhos, construções, a aprender como organizar e tratar dados. (PCN – Matemática,

1998,p.19).

Dessa forma o aluno terá a oportunidade de vivenciar o que diz Weels “O pensamento estatístico um dia será tão necessário para exercício eficiente da cidadania como ler e escrever”.

## **METODOLOGIA**

Com a intenção de proporcionar aos alunos da oitava série do Ensino Fundamental do Colégio Estadual “Reynaldo Massi” EFMP, do município de Diamante do Norte-Pr, um maior conhecimento com relação à educação fiscal, leitura e interpretação gráfica, realizou-se no primeiro semestre do ano de 2008, um diagnóstico com os alunos, pais e vizinhos, a fim de possibilitar questionamentos de situações reais referentes ao tema.

A Educação fiscal foi escolhida entre vários temas abordados, por se tratar de um assunto bem relevante, tendo em vista que atualmente há grande sonegação de impostos, o que acarreta em grande prejuízo para a população.

Com o tema escolhido, o professor coordenador convidou um profissional em contabilidade, para proferir uma palestra sobre educação fiscal para todos os alunos das oitavas séries.

Apresentou-se um instrumento de coleta de dados através do qual as questões foram analisadas e discutidas com os alunos e professores, ficando determinado que seria feita uma amostragem de oitenta questionários distribuídos entre, alunos, pais e vizinhos dos mesmos.

Antes da aplicação dos questionários, houve um treinamento de entrevistas com os alunos das séries envolvidas.

Com os dados em mãos, os alunos receberam treinamento para a elaboração de tabelas e, em posse dos questionários respondidos, elaboraram as mesmas.

Na segunda fase, receberam treinamento para a elaboração dos gráficos referentes às tabelas anteriores.

Para finalizar, com tabelas e gráficos em mãos, os alunos com a coordenação do professor, demonstraram os resultados em um seminário, com a participação dos demais alunos, professores, coordenadores e pais, para a interpretação dos gráficos e principalmente, a conscientização com referência à educação fiscal, de acordo com os

resultados obtidos.

Com isso, houve uma reflexão e uma conscientização da importância da exigência da nota final no momento da compra, evitando produtos piratas, e também da importância de saber fazer a leitura e interpretação de tabelas e gráficos, que hoje estão presentes em concursos e vestibulares.

## Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa foram compilados em gráficos que, ao serem lidos à luz da matemática e da estatística, dão informações exatas sobre a opinião da amostra tomada para a entrevista.

A Figura 01 a seguir, representa a opinião dos entrevistados com relação à sonegação de impostos e taxas, e os dados foram coletados no Colégio Estadual "Reynaldo Massi" EFMP, em junho do ano de 2008.

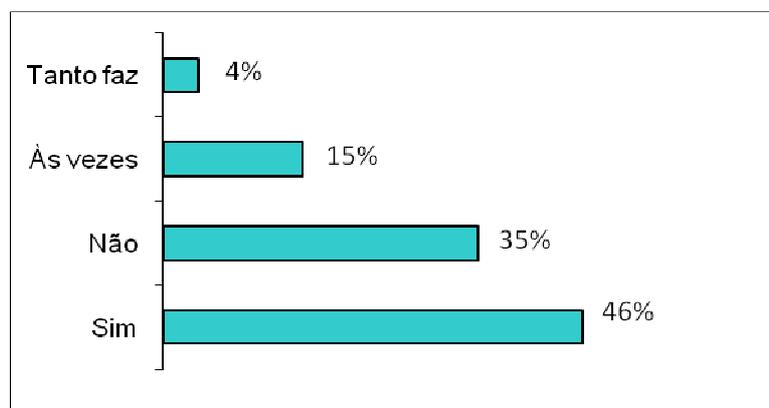


Figura 01 - Opinião dos entrevistados quanto a sonegação de impostos e taxas, Colégio Estadual "Reynaldo Massi" EFMP, 21/06/2008.

Na Figura 01, verifica-se que a minoria 35% não considera normal a sonegação de taxas e impostos.

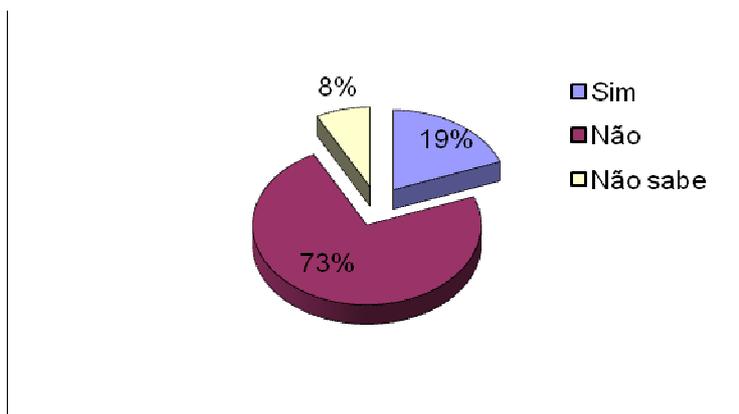


Figura 02 – O cidadão tem garantia que taxas e impostos são bem empregados?

Colégio Estadual “Reynaldo Massi” EFMP, 21/06/2008.

Ao estabelecer um paralelo entre a Figura 01 e a Figura 02, pode-se verificar que 73% dos entrevistados não têm a garantia de que os impostos e taxas são bem empregados, pois quem apóia a sonegação é porque não acredita na aplicação correta dos tributos que paga. É um caso que merece especial atenção, porque em nenhuma das questões está presente o senso de cidadania.

A Figura 03 é uma demonstração da opinião dos entrevistados com relação à pirataria, um tema bastante polêmico na atualidade.

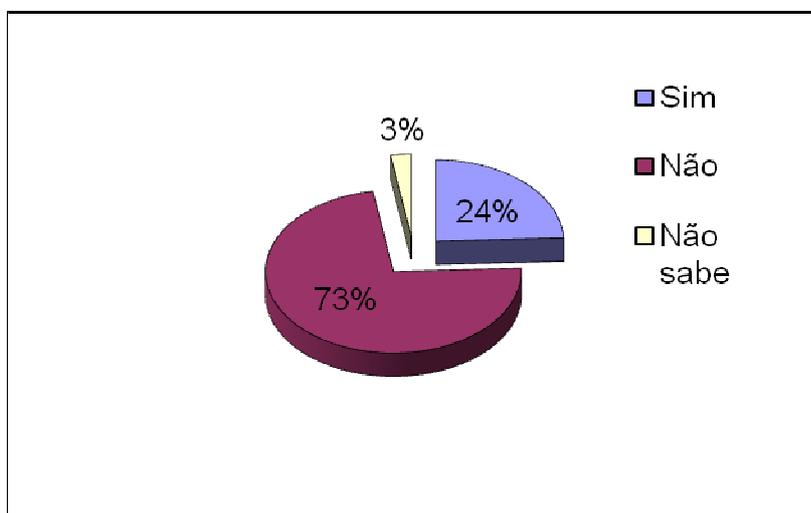


Figura 03 – Acha correto comprar produtos pirateados?

Colégio Estadual “Reynaldo Massi” EFMP, 21/06/2008.

Quando indagados sobre a compra de produtos pirateados, 73% a maioria acham incorreto a compra dos mesmos. É verdade também que há situações que deveriam ser discutidas em relação a produtos da área cultural, por exemplo, como toda a área de som, e similares. Estes poderiam ser taxados com alíquotas menores.

A Figura 04 é uma indagação sobre a origem da verba que é investida na remuneração do servidor público.

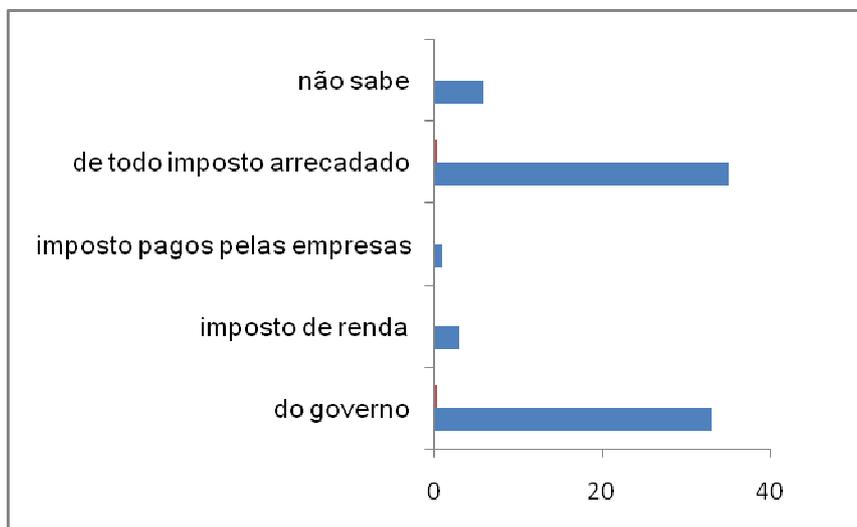


Figura 04 – De onde vem o dinheiro para pagar o servidor público?  
Colégio Estadual “Reynaldo Massi” EFMP, 21/06/2008.

Na Figura 04 a dubiedade de sentidos das duas que receberam expressa opção, praticamente empatadas, marcam a possibilidade de confusão entre governo e todos os impostos arrecadados. Mas não se pode afirmar que os entrevistados tenham deixado de entender, pois ambas as escolhidas com maior percentual estão corretas.

Na Figura 05, os entrevistados foram questionados com relação à administração e utilização das taxas e impostos arrecadados pelo município.

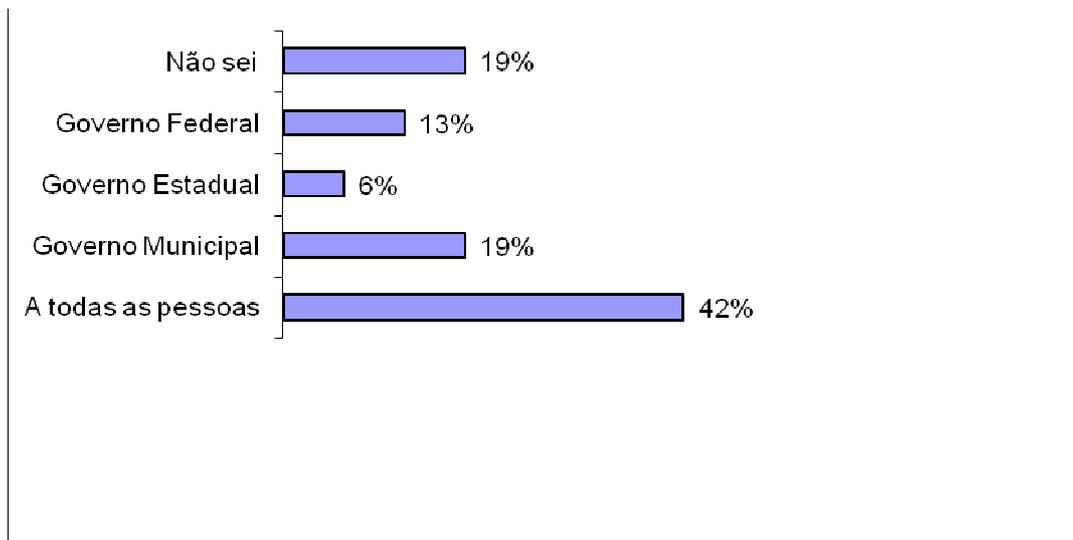


Figura 05 – Os impostos e taxas arrecadados pelo município pertencem a quem?  
Colégio Estadual “Reynaldo Massi” EFMP, 21/06/2008.

Na Figura 05, a opção correta, com 42% é a maior escolhida. Isso indica que os entrevistados assimilaram alguma coisa do que lhes foi ensinado. Mas os 19% respectivos entre “não sei” e o “governo municipal”, deixam muito a desejar dentro do que foi estabelecido como objetivo, no trabalho pedagógico realizado.

A Figura 06 é um demonstrativo do percentual de entrevistados que têm o hábito de solicitar nota fiscal dos produtos adquiridos em seu cotidiano.

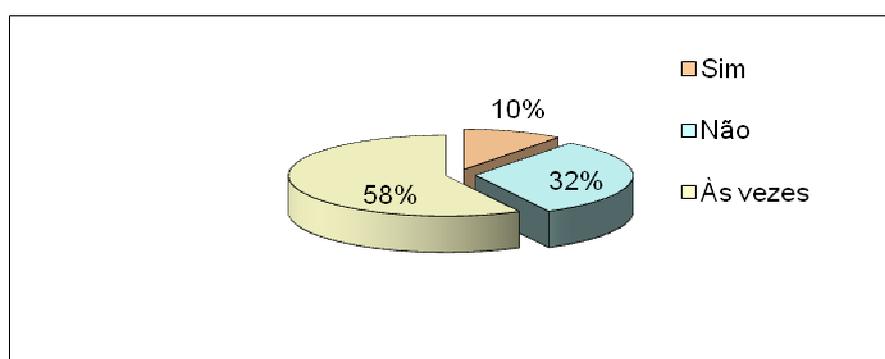


Figura 06 – Você pede nota fiscal ao comprar algum produto?  
Colégio Estadual “Reynaldo Massi” EFMP, 21/06/2008.

Neste caso, verifica-se a situação de um dos problemas mais sérios com relação à sonegação. Apenas 10% dos entrevistados pedem nota ao fazer uma compra. Os que não pedem são 32% dos entrevistados, o que corresponde a mais que o triplo dos que

pedem. Isso é grave!

Na Figura 07, há uma indagação com relação à impunidade dos políticos corruptos, com o intuito de perceber o sentimento experimentado pelos entrevistados sobre este tema.

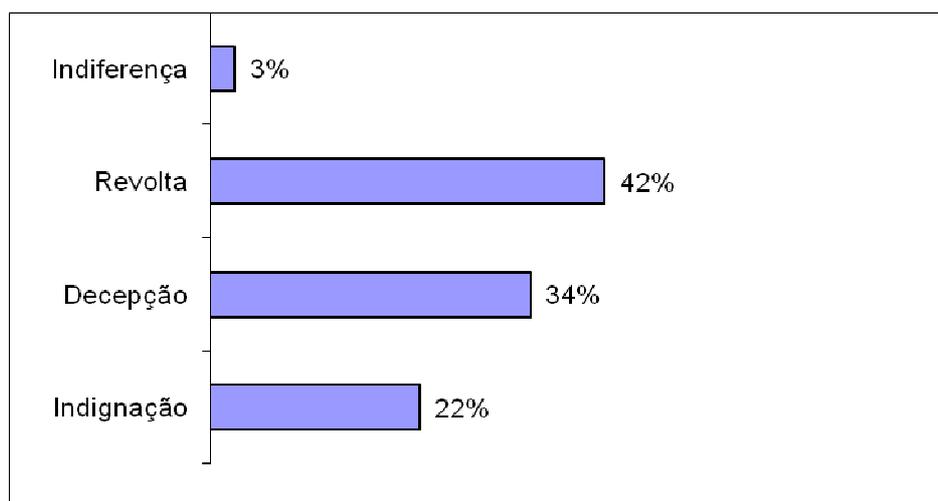


Figura 07 – Com relação à impunidade dos políticos corruptos, qual o seu sentimento?  
Colégio Estadual “Reynaldo Massi” EFMP, 21/06/2008.

Realmente, o maior índice o de 61%, mostra o que ocorre quando se toma conhecimento da corrupção que consome a maior parte dos impostos arrecadados em todo o país. A revolta fica bem na forma de agir do cidadão.

O grande problema é a impunidade. Isso também revolta. Os índices dos que são realmente punidos inexistem perto dos que são.

Como a avaliação é uma ferramenta importante no processo de desenvolvimento de todas as atividades planejadas, tanto durante, como ao final do mesmo. Durante, fornecendo subsídios de como estão sendo atingidos os objetivos, se estão sendo alcançados, e o que precisa ser alterado para que o resultado seja o melhor possível. Ao final, ao permitir observar o quanto se alcançou dos objetivos, determinando os pontos fortes e frágeis da proposta.

A avaliação dos alunos envolvidos aconteceu durante e ao final de cada atividade, onde os mesmos obtiveram a oportunidade da auto-avaliação, levando-os a buscar e refletir a

respeito dos procedimentos, qualidade e desempenho dispensado na realização das atividades elaboradas e realizadas. Ocorreu de forma processual, enquanto se respeitou as etapas da proposta; de forma diagnóstica, observando-se e constatando-se os conhecimentos e interesses prévios dos grupos envolvidos, para que houvesse integração e maior envolvimento com as questões que foram abordadas; de forma contínua, enquanto oportunizaram condições de seqüência e enfrentamento aos estudos, sem fragmentos ou interrupções; de forma formativa, de maneira a garantir acréscimo de conhecimentos, que favoreçam a mudança de comportamentos e atitudes do indivíduo perante a sociedade na qual interage e interfere, transformando-a.

Assim, esse processo se fará necessário e abrangente, interagindo e fornecendo dados para tomadas de decisões. Os resultados da avaliação foram apresentados em relatório final, constando todas as impressões analisadas.

## **CONCLUSÃO**

O desenvolvimento deste artigo permite-nos concluir que a Educação Fiscal faz parte de um processo de Educação Social, com a finalidade de formar cidadãos que participam da vida de sua comunidade, a partir do município, passando pelo Estado e alcançando a União.

Preparar cada geração, segundo sua necessidade de participar dos destinos da vida política, social, econômica e cultural, é uma forma de criar compromissos consigo mesmo e com os demais integrantes do grupo que integra e faz parte.

Neste sentido, os autores e instituições consultados para a obtenção das informações contidas neste texto, foram bastante coerentes e convergentes no sentido do que apresentaram. Não dúvidas de que a receita das instituições públicas estão fundamentadas na criação e cobrança de tributos, fundamentados nas orientações constitucionais, do Código Tributário e nas Leis complementares.

Com relação ao segundo item deste artigo, que trata da implementação de um projeto de Educação Fiscal, optou-se primeiro por preparar os alunos como técnicos da área, utilizando-se da tecnologia de ponta hoje à disposição para cálculos e lançamentos de tributos, cabendo ao cidadão conhecer como se faz leitura de gráficos com diversidade de dados, para que então possa ter segurança de que está pagando de forma correta o que lhe é cobrado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição República Federativa do Brasil.

\_\_\_\_\_. **EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL**. Ministérios da Fazenda e da Educação Programa Nacional de Educação Fiscal Contexto social Brasília 2004

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 004/1998**. Brasília, 1998.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DO CARMO, Josué Geraldo Botura (2008). **Conceituando Educação Fiscal**. Disponível em: [paginas.terra.com.br/educacao/josue/index%20169.htm](http://paginas.terra.com.br/educacao/josue/index%20169.htm). Acesso em 14 de nov. 2008.

**EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL**. Disponível em: [www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/caderno/caderno\\_1.pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/educacao-fiscal/caderno/caderno_1.pdf) . Acesso em 19 de nov. 2008.

**EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS**. Disponível em: [www.sefaz.ba.gov.br/campanhas/educacaofiscal/index.htm](http://www.sefaz.ba.gov.br/campanhas/educacaofiscal/index.htm). Acesso em 20 de nov. 2008

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **Em Busca de um Novo Modelo. Reflexões Sobre a Crise Contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002

JOCHAML, Ellen Eike, e MULLER, Evandro Assis. **Educação fiscal: O despertar da consciência de cidadania**. <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt> – acesso em 20/11/08.

PIGATTO, Lisete Maria Massulini. **A recreação como metodologia no processo de ensino aprendizagem**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt> – acesso em 20/11/08.

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL**. Disponível em: [www.receita.pb.gov.br/edufiscal/institucional2.htm](http://www.receita.pb.gov.br/edufiscal/institucional2.htm) . Acesso em 20 de nov. 2008.